

# O ESCOLA SEM PARTIDO COMO CHAVE DE LEITURA DO FENÔMENO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Paulo Henrique Pereira Silva<sup>1</sup>, Vitoria Moreira da Silva Barros<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestrando em Biodiversidade Animal – UFG. Bolsista CAPES. e-mail: paulohenrique.ph722@gmail.com

<sup>2</sup>Mestranda em Educação – UFT. e-mail: vitoriamoreira1990@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto de lei Escola Sem Partido, idealizado pelo advogado Miguel Nagib em 2004, tem gerado um intenso debate no cenário educacional brasileiro. Enquanto seus defensores argumentam que a proposta visa coibir a suposta doutrinação ideológica nas escolas por parte dos professores, os críticos enxergam no projeto uma tentativa de censura e intimidação do corpo docente. O objetivo deste trabalho, baseado no texto de Fernando Araújo Penna (2017) contido no livro “Escola ‘sem’ Partido” de Gaudêncio Frigotto, é analisar o movimento como uma chave de leitura para compreender o fenômeno educacional, destacando suas contradições e a forma como suas ideias, muitas vezes absurdas e cômicas para pesquisadores da área, ganharam força na opinião pública.

O projeto, apesar de se apresentar de forma contraditória à legislação educacional vigente, espalhou-se rapidamente, principalmente por meio das redes sociais, utilizando uma linguagem de fácil assimilação pelo senso comum. A análise de Penna (2017) vai além do debate legal, focando na disputa pela opinião pública e na força adquirida por essas ideias. O autor identifica e discute quatro características principais do discurso do Escola Sem Partido: uma concepção de escolarização específica, a desqualificação do professor, o uso de estratégias discursivas fascistas e a defesa do poder total dos pais sobre os filhos.

## 2 OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é analisar o discurso do movimento Escola Sem Partido, utilizando-o como uma chave de leitura para o fenômeno educacional brasileiro. Para isso, o texto de Fernando Araújo Penna (2017) serve de base para:

1. Identificar e discutir a concepção de escolarização defendida pelo movimento.
2. Analisar a estratégia de desqualificação do professor como pilar do discurso do Escola Sem Partido.
3. Explorar as estratégias discursivas de cunho fascista utilizadas pelo movimento.
4. Avaliar a defesa do poder total dos pais sobre os filhos e suas implicações.

## 3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada neste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica e na análise de conteúdo. A escolha do texto de Fernando Araújo Penna (2017) como referência central se justifica

por sua relevância acadêmica e por oferecer uma interpretação crítica consistente sobre o movimento Escola Sem Partido, servindo como base para a identificação dos eixos de análise. Além da obra de Penna, foram consultados textos acadêmicos que abordam o tema sob diferentes perspectivas críticas, bem como documentos oficiais e materiais produzidos pelo próprio movimento, incluindo o Projeto de Lei nº 867/2015, publicações no site oficial e em redes sociais.

Os critérios de seleção das fontes priorizaram a relevância acadêmica para o debate sobre o Escola Sem Partido, a atualidade e pertinência ao contexto educacional brasileiro e a representatividade no discurso público e midiático sobre o tema.

A análise de conteúdo foi conduzida com base em categorias previamente definidas a partir de Penna (2017) — concepção de escolarização, desqualificação docente, estratégias discursivas e defesa do poder familiar — articuladas com a legislação educacional e a Constituição Federal. Essa abordagem buscou garantir maior transparência e reprodutibilidade do processo analítico.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise do discurso do Escola Sem Partido, conforme realizada por Penna (2017), revela um conjunto de características que o tornam uma ameaça à autonomia docente e à democracia. A concepção de escolarização do movimento é limitadora e desrespeita a legislação atual. Baseada em ideias como a apresentada no livro "Professor não é educador" de Armino Moreira, o movimento separa a instrução da educação, restringindo o papel do professor à mera transmissão de conteúdo factual. Além disso, o PL nº 867/2015, ao proibir a "doutrinação", não a define claramente, o que gera uma nebulosidade que impede o professor de abordar a realidade do aluno e mobilizar valores de qualquer natureza, ferindo diretamente a autonomia pedagógica.

A desqualificação do professor é uma característica central e explícita do discurso do movimento. Penna (2017) destaca que o Escola Sem Partido busca substituir a concepção profissional da docência por um modelo de mercado, onde o professor é visto como um prestador de serviço e o aluno, um consumidor. Essa lógica, baseada no Código de Defesa do Consumidor, desconsidera a formação e a capacitação do docente, transformando a educação em uma mera relação de consumo. Essa desqualificação é reforçada no PL nº 867/2015, que, ao retirar princípios constitucionais como o pluralismo de concepções pedagógicas e a liberdade de ensinar, limita a liberdade de expressão docente a ponto de torná-la a única carreira no Brasil sem esse direito.

As estratégias discursivas fascistas são outro ponto crucial da análise. Penna (2017) aponta que, embora o movimento não seja fascista em si, ele utiliza analogias agressivas e desumanizantes para desqualificar os professores. Termos como "monstro", "parasita" e "vampiro", encontrados no site e nas redes sociais do movimento, criam um inimigo comum, uma "contaminação" a ser

eliminada. Essas táticas, que incluem memes e teorias de conspiração, buscam demonizar o professor e associar a educação a um suposto domínio "petista", utilizando o medo e a polarização para ganhar apoio popular.

Por fim, a defesa do poder total dos pais sobre os filhos é a quarta característica fundamental. O movimento, ao utilizar slogans como "Meus filhos minhas regras", critica leis como a da palmada e demoniza o debate sobre "ideologia de gênero", muitas vezes sem sequer saber conceituá-la. Essa postura é uma forma de endeusamento do modelo de família patriarcal, ignorando a diversidade da sociedade brasileira. O movimento utiliza o Pacto de San José para justificar o poder absoluto dos pais, mas ignora que este tratado protege o indivíduo e a família contra o Estado, não permitindo a imposição de vontades privadas sobre o espaço público da escola. A falta de lógica é evidente, pois seria impossível para um professor em sala de aula se autorregular para não contradizer as crenças de todas as famílias ali representadas, o que demonstra a intenção de controle e censura, não de respeito.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O movimento Escola Sem Partido, analisado por Fernando Araújo Penna (2017), representa uma ameaça significativa para a educação brasileira. Suas propostas e seu discurso não apenas ferem a legislação educacional e a Constituição Federal, mas também desconstruem a figura do professor, substituindo a relação profissional por uma lógica de mercado e censura. O movimento utiliza estratégias discursivas fascistas, criando um inimigo comum e disseminando medo e desinformação para minar a autonomia docente e a liberdade de cátedra. A defesa do poder total dos pais, embora se apresente como proteção familiar, é, na verdade, uma tentativa de impor uma visão de mundo única, contrária ao pluralismo e à diversidade que caracteriza a sociedade brasileira.

O Escola Sem Partido não é apenas um projeto de lei, mas uma chave de leitura para entender o fenômeno educacional como um campo de disputa ideológica, onde a ignorância e o discurso de ódio são utilizados para fragilizar a democracia e o pensamento crítico. O enfrentamento a essa proposta deve ir além do debate jurídico, alcançando a sociedade para desmistificar suas ideias e defender a escola como um espaço de diálogo, diversidade e liberdade.

## **6 AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a CAPES, a UFG e ao UFT pelo fomento e apoio na execução do projeto, que viabilizou a realização desta pesquisa, bem como pela concessão da bolsa mestrado.

## REFERÊNCIAS

CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. A política do Escola Sem Partido: esferas públicas fragilizadas e a tentação do controle. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, 2016.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Executiva e Preparação de Originais, 2017. p. 35-48. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf> acesso em: 07 de ago. 2025.